

Lula 3 tem pior taxa de aprovação de projetos em 33 anos

BAIXA EFETIVIDADE

Lula 3 é o que menos aprova projetos desde Collor e deve sofrer novo revés com derrubada de vetos

CAMILA TURTELLE E DIMITRIS DANTAS

A dificuldade do Palácio do Planalto para acomodar interesses de parlamentares sem perder a autonomia sobre a execução de políticas públicas prejudicou o desempenho do governo nas votações no Congresso. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu transformar em lei apenas um quarto dos projetos que enviou ao Legislativo até agora. Desde janeiro, Executivo apresentou 75 proposições, mas só 18 passaram. É o pior resultado em 33 anos, o que inclui os dois mandatos anteriores do petista. Analistas atribuem o baixo índice de sucesso à queda de braço travada com o Parlamento por protagonismo.

Levantamento feito pelo GLOBO mostra que Lula teve resultado pior até mesmo do que o ex-presidente Jair Bolsonaro, que foi eleito por um partido-então nanico (PSL, hoje União Brasil) e sem um arco de alianças que o ajudasse a formar uma base aliada. Em seu primeiro ano de governo, em 2019, quando ainda não tinha apoio do Centrão, ele aprovou 25 das 79 propostas apresentadas, o equivalente a 32%. A conta inclui projetos de lei, Propostas de Emenda à Constituição (PEC) e Medidas Provisórias (MP).

O percentual registrado por Lula está abaixo ainda da média dos anos em que Dilma Rousseff ficou no comando do país, 57%. Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com 46%, Itamar Franco (1992-1994), 46%, e Fernando Collor (1990-1992), 55%, também obtiveram resultados melhores. A maior eficiência na aprovação de propostas de autoria do Executivo é do próprio petista, em 2006, quando conseguiu transformar em lei 84 das 105 medidas enviadas naquele ano, um recorde de 80%. Procurado, o governo não comentou.

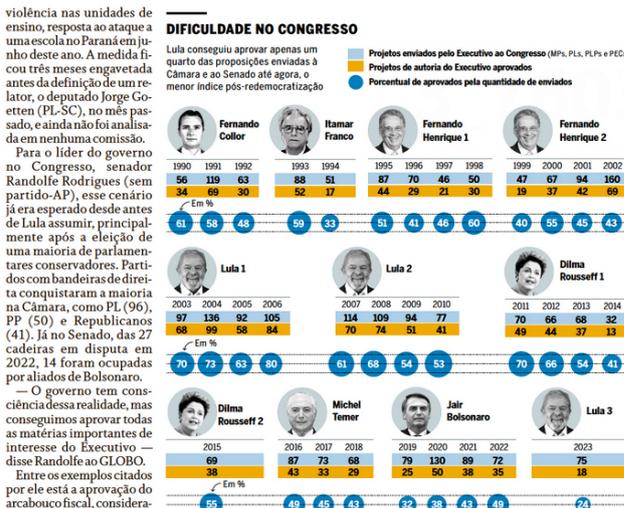
NA GAVETA

Entre os projetos enviados por Lula neste ano e que ficaram parados na Câmara está o chamado "pacote da democracia", elaborado pelo Ministério da Justiça com ampla margem de votos na Câmara e no Senado. Mesmo em casos bem-sucedidos, contudo, o governo precisou suar a camisa e ceder a aliados para conseguir a aprovação, como na medida provisória que reestruturou a Esplanada dos Ministérios. A proposta foi negociada até o último minuto, e o Palácio do Planalto teve que atender a demanda do Centrão.

Após essa medida provisória ser aprovada, outras foram encaminhadas e tiveram de ser transformadas em projeto de lei pelo governo, como a que trata do voto de



Presidentes à mesa. Chefes de Câmara, Planalto e Congresso, Lira, Lula e Pacheco estão em constante negociação para aprovação de projetos do Executivo



Three sub-sections: Marco temporal, Arcabouço fiscal, and Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), each with a brief description and a small chart.

qualidade do Conselho Administrativo de Recurso Fiscal (Carf) e a do programa de aquisição de alimentos (PPA). A estratégia se deu após uma disputa entre os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sobre a composição das comissões que analisam as MPs. A queda de braço acabou por paralisar a votação das medidas. Além disso, o Congresso ameaça derrubar nos próximos dias vetos de Lula em alterações feitas pelos parlamentares em projetos do Executivo. Na lista estão mudanças no novo arcabouço fiscal e na proposta que trata do Carf. Outro veto presidencial que deve cair é o que impediu a criação de um marco temporal para a demarcação de terras indígenas no país.

Embora a proposta seja de autoria do Congresso, mexe num assunto que é bandeira do governo.

Ex-ministro da Coordenação Política e Assuntos Institucionais no primeiro mandato de Lula, Aldo Rebelo acredita que o resultado é um sinal que o governo precisa fortalecer sua base aliada.

Quando o governo, mesmo depois de ter enviado a matéria, descuida que ela pode ser derrotada, o próprio governo trata de impedir a votação, de retirar e arquivar — disse Rebelo.

Já o líder do PT na Câmara, deputado Zeca Dirceu (PR), discorda que haja dificuldades no Congresso e lembra que Lula conseguiu aprovar projetos de seu interesse, mesmo antes de assumir o mandato, como a PEC da Transição, que permitiu ao governo manter promessas de campanha, como o aumento no benefício da Bolsa Família.

É um equívoco medir sucesso do governo pela quantidade de projetos aprovados, o importante é que mostra nosso sucesso este ano, é medir pela qualidade e importância dos projetos aprovados. Nunca se aprovou tantos projetos benéficos ao governo e ao Brasil como agora — disse Zeca.

QUEDA DE BRAÇO

Cientistas políticos avaliam que a disputa por protagonismo entre os dois Poderes, além de influenciar no volume de projetos aprovados, inclui também o controle do Orçamento.

O cristal estilhaçou de uns tempos para cá, esse é o recado que esses números mostram. De alguma forma está deixando de ter esses padrões de governabilidade antes conhecidos e isso não tem a ver com especificamente a qualidade da liderança — afirma o cientista político Leandro Consentino, professor do Insper.

Graziella Testa, da Fundação Getúlio Vargas, relaciona o poder de influência do Congresso sobre o governo com as emendas que o Parlamento passou a ter ascendência. Ela lembra que mesmo antes das chamadas emendas de relator, base do orçamento secreto, o Executivo já vinha perdendo o controle sobre a execução de parte das verbas. Historicamente, o pagamento desses recursos costuma servir ao governo da ocasião para barganhar apoio na Câmara e no Senado e ser usado como moeda de troca em votação de seu interesse.

— Existe um ganho de importância do Legislativo em relação ao Executivo, sobretudo de 2015 para cá, com as emendas institucionais, além de algumas ferramentas novas que trouxeram prerrogativas para o Congresso — disse ela.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 4